

PODE A SUBALTERNA FALAR? BREVE CRÍTICA À CIÊNCIA “SEM CORPO” E A DEFESA DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS PARA ENTENDERMOS O MUNDO

Flavia Souza¹

Introdução

Muitas vezes pensadores negros temem que nosso trabalho não seja levado a sério por um público maior, ou que ele seja julgado de certa maneira deficiente. Esses temores inibem a produção intelectual. Escrevendo ensaios que incluem reflexões confessionais senti-me, a princípio, insegura a respeito de se eles falariam a um público além de mim mesma e meus amigos. Quando publiquei minha primeira coletânea de ensaios *Talking Back* (*Retrucando*), surpreendi-me com as muitas cartas que recebi de negras, discutindo o ensaio, sobre as dificuldades que enfrentei como estudante universitária. Jorravam histórias de perseguição de professores pares e colegas profissionais. A norma geral eram relatos sobre negras sendo interrogadas pelos que procuravam determinar se ela era capaz de concluir o trabalho, pensar logicamente, escrever coerentemente. Essas formas de importunação muitas vezes solapam a capacidade das negras de transmitir a certeza de talento e domínio intelectual (HOOKS, 1995, p. 472).

Escolhi iniciar a primeira página deste trabalho com a citação do artigo de Bell Hooks, “Intelectuais Negras”, porque o trecho expressa exatamente o meu sentimento quando me defrontei com a possibilidade de escrever um ensaio como trabalho final de conclusão do meu curso de Doutorado. No presente texto, descrevo minha caminhada até a decisão de escrever um trabalho de tese integralmente autoral, baseado na minha experiência como mãe, mulher negra e periférica, assim como a experiência ancestral da maternidade das mulheres-mães da minha família.

A tentativa deste ensaio é também empreender a crítica ao modelo de ciência hegemonicamente instituído na academia atualmente, o que denomino de um “saber sem corpo” ou a ciência branca positivista. É fato que esse modelo exclui o conhecimento construído a partir da experiência. Isso significa dizer que o modelo acadêmico vigente invisibiliza as pessoas negras do que costumamos denominar de cânone da ciência, pois são estudos ancorados na experiência do “ser negro”.

A provocação feita aqui constitui o trabalho de pensarmos outras maneiras de produzir conhecimento, diferentemente daquela que o colonizador europeu nos tem imposto desde a fundação desse país. Esse saber imposto tem apagado nossos saberes ancestrais e nos impedindo de contar a História a partir do nosso lugar no mundo. Esse lugar é o lugar do povo preto, com cosmologias e epistemologias que há tempos o homem branco tem desqualificado, deslegitimado e até mesmo criminalizado.

1 Instituto de Medicina Social/UERJ

Mulher Negra, Periférica, Mãe E Intelectual?

Quando olhei para minha própria trajetória, como estudante de pós-graduação, percebi que desde o primeiro momento tentei me furtar de desenvolver um trabalho - ao final do curso de Doutorado - que incluísse aspectos subjetivos em seu desenvolvimento. Na realidade, vivi um conflito. Ao mesmo tempo que trazia o desejo de escrever algo mais autoral ou a partir de minhas reflexões, negava esse mesmo desejo. Sendo assim, entendi muito bem o drama descrito por Bell Hooks, autora da epígrafe que inaugura esse ensaio. Trata-se da dúvida em ser aceito e da quase certeza de que o meu trabalho não seria encarado como algo de expressão acadêmica. Seria meramente um texto que agradaria apenas aos meus companheiros fiduciários daquilo que denomino de epistemologia da resistência. Entretanto, eu também tinha que lidar com o conflito de produzir um estudo com o intuito de repensar as bases da ciência moderna colonizadora, mas que, ao tentar fazer isso, acabasse reproduzindo as mesmas bases científicas que estava criticando.

A partir desse ponto, refleti sobre o quanto colegas (sobretudo as mulheres negras) da pós-graduação poderiam estar vivendo o mesmo dilema. Retomando o artigo de Bell Hooks, a autora descreve a dificuldade das mulheres negras em se interessarem pela vida acadêmica. Hooks, com a sua magistral habilidade de "politizar o eu", aponta alguns motivos da postura resistente das mulheres negras em relação à escolha pela intelectualidade. Um dos motivos assinalados é por que as mulheres negras, desde muito novas, são convencidas a não se enxergarem como formuladoras de saberes em potencial. É um tipo de socialização sexista e racista, em que nós, mulheres, negras somos condicionadas a entender que devemos estar sempre prontas para o cuidado e não para a reflexão.

Trazendo essa reflexão de Bell Hooks para a minha realidade, apesar de não ter recebido esse tipo de educação diretamente da minha mãe, que afirmava sempre que eu deveria priorizar os estudos. Nas palavras dela: "para jamais depender de homem nenhum", eu mesma acabo reproduzindo o lugar do cuidado em tempo integral. Isso, porque como ela sempre trabalhou fora, eu tive que aprender a cuidar da casa desde bem cedo e, depois que me tornei mãe, percebi que exacerbou em mim a preocupação com os afazeres domésticos. Assim, a expressão disso é que jamais iniciei o trabalho intelectual na existência de alguma demanda da minha filha ou qualquer afazer doméstico pendente. A tendência é sempre priorizar os trabalhos domésticos em detrimento da dedicação ao trabalho intelectual. Estaria introjetado ou estaria no "inconsciente coletivo" de todas as mulheres negras o permanente lugar do cuidado?

Bell Hooks acrescenta que, como garantia da reprodução dos afazeres domésticos e dos cuidados, há a existência de determinados sujeitos históricos, como a empregada doméstica e a babá, que são figuras que asseguram a estrutura do cuidado. A autora afirma que a existência dessas profissões ainda são a prova de que as mulheres negras sempre foram colocadas no lugar de servir. Historicamente, nunca foram vistas como indivíduos capazes de formular o pensamento crítico. É como se esse lugar não lhes pertencesse.

Outra questão para a qual Hooks nos chama a atenção é o fato de que a escrita das mulheres negras é muito discriminada. Por conta de se basearem amplamente em suas experiências pessoais, os trabalhos produzidos pelas autoras negras ainda são colocados à prova ou postos em dúvida pela academia. Isso também faz com que as escritoras negras assumam o posicionamento do anti-intelectualismo. No trecho a seguir, a autora sublinha que:

Embora hoje, mais do que nunca, haja sem dúvida muito mais negras acadêmicas, elas são na maioria das vezes, anti-intelectuais (uma posição que é frequentemente consequência do sofrimento que suportaram como alunas ou professoras encaradas com desconfiança e desprezo por seus pares). Na vida diária podem insistir que o trabalho que fala diretamente a experiência concreta é mais valioso que as formas de trabalho intelectual não produzidas para ser comercializadas para um público de massa. Diante da falta de endosso e apoio públicos, constantes, as negras que escolhem vocações intelectuais quando enfrentam esse trabalho, em isolamento, em espaços privados, não admira que negras individualmente se sintam oprimidas por dúvidas, que esses espaços intensifiquem receios de incompetência, receios de que suas ideias talvez não mereçam ser ouvidas (HOOKS, 1995, p. 472).

No que concerne à questão do descrédito relacionado à produção acadêmica em si produzida pelas intelectuais negras, Patricia Hill Collins (2018) nos ensina que, uma vez que os homens brancos controlam as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias do trabalho acadêmico tradicional. Dessa forma, as experiências das mulheres negras americanas, latino-americanas ou mulheres negras da diáspora têm sido desqualificadas ou, até mesmo, excluídas daquilo que os acadêmicos chamam de conhecimento.

É fato que, depois que submergi nos escritos das autoras do feminismo negro, entendi muito bem o porquê de sentir que meu posicionamento quanto ao entendimento do que seja produção de conhecimento e de intelectualismo era tão malvisto e criticado por acadêmicos em geral e, até mesmo, por colegas da pós-graduação. Primeiro, porque são eles, os homens brancos, que dominam o campo e, por isso, colocam a ciência a serviço de seus

próprios interesses, como apontado por Patricia Hill Collins. Aliás, é importante sempre termos em mente que os interesses citados pela autora são aqueles ligados à perpetuação do próprio sistema eurocêntrico-branco-racista-classista que sustenta a academia. Então, trata-se, ao fim e ao cabo, de quem tem a permissão de produzir conhecimento e quem não tem.

Por isso, dentro desse sistema eurocêntrico-branco-racista-classista, as mulheres negras historicamente têm encarado a realidade de ter o seu "fazer ciência" subjugado. Durante os dois primeiros anos do meu Doutorado, tive que lidar com essa realidade. Ao me posicionar quanto ao encaminhamento teórico (totalmente ancorado no feminismo negro decolonial) do meu trabalho de pesquisa me deparei com um tipo de violência que até então ignorava: o epistemicídio. De acordo com Sueli Carneiro:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 96).

No meu caso, o epistemicídio fora provocado por conta da minha condição de mulher, negra, periférica e mãe. O meu corpo atravessado por tantos marcadores da diferença me situa no lugar do infans, como nos alerta Lélia Gonzalez (2018, p. 193). Ao descrever a localização dos negros na sociedade brasileira - o lugar do subalterno - a autora assinala que, devido a esse lugar, o povo negro é constantemente infantilizado. A autora assinala que infans significa aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque é falada pelos adultos. Então, para a academia eurocentrada-patriarcal-branca, o meu corpo de mulher negra é entendido como aquele incapaz de produzir conhecimento sem ser tutelada. É por isso que a produção de saberes deve ser referendada por aqueles que são reconhecidos como detentores do legítimo saber ou o homem branco.

Ao comunicar ao antigo orientador a respeito do meu desejo de escrever sobre maternidade, baseada no pensamento feminista negro, imediatamente minhas ideias foram rechaçadas e desqualificadas. Tive que ouvir que aquelas autoras, que usaria como base epistemológica da pesquisa, não configuravam fontes válidas do conhecimento. Ainda de acordo com o posicionamento elitista-sexista-racista do meu ex-orientador, as perspectivas dessas autoras, baseadas em suas experiências como mulheres-mães-negras, não pode-

A perspectiva correta que deveria utilizar como embasamento dos meus estudos, segundo o orientador, deveria ser a do alemão Karl Marx.

Desse modo, escrever sobre maternidade, sendo orientada por aquele professor, somente seria possível a partir do embasamento marxista e também por meio de autores cujo ponto de ancoragem das reflexões sobre maternidade estavam na economia. Em outras palavras, seria a maternidade discutida a partir do viés economicista. Ademais, com o passar do tempo, me dava conta de que todos os autores recomendados para o embasamento teórico da minha pesquisa eram homens-brancos-europeus, amplamente fundamentados no pensamento marxista. Assim, o desejo de falar sobre maternidade a partir da minha própria experiência fora completamente silenciada...

Por conseguinte, a minha ponderação/o meu receio que, por vezes, o meu anti-intelectualismo não era nada mais do que o reflexo dessa história e de algumas outras anteriores a esta. Por conta do epistemicídio sofrido, durante muito tempo, acreditei que jamais teria a capacidade de me tornar acadêmica. Muitas vezes me utilizei do auto boicote, como, por exemplo, não participar de algumas atividades acadêmicas que impulsionariam minha futura carreira, porque achava que a academia não era o meu lugar, que eu não tinha a capacidade de ocupar aquele espaço. Ao estudar os textos de autoras negras da diáspora entendi que praticava o auto boicote, basicamente, por dois motivos. Primeiro, porque durante toda a minha trajetória acadêmica, as minhas reflexões foram direcionadas para seguir um caminho predeterminado por um orientador (a). Nunca me fora permitido a liberdade de pensar, de maneira que eu mesma pudesse direcionar minhas próprias pesquisas. O processo se dava sempre da mesma maneira, o orientador (a) determinava as referências, a metodologia de pesquisa, o objeto, os objetivos, o modelo de escrita, e tudo o mais que compõe uma pesquisa acadêmica (nos moldes da ciência branca positivista). E, no fim, a minha margem de liberdade sempre ficava restrita às seis ou sete páginas das "considerações finais".

O segundo motivo do auto boicote é o fato de eu ser mãe. Lembro-me que resisti muito em participar do processo seletivo para o Doutorado. Simplesmente, porque não acreditava em mim mesma. O pensamento sempre ia em direção a comparar a minha vida com a vida dos colegas. Tinha a certeza de que não teria condições de acompanhar o ritmo de estudos dos colegas por ter de cuidar de uma criança de dois anos em tempo integral. Outra insegurança estava relacionada a não conseguir participar de grupos de pesquisa, dos debates ou, até mesmo, de escrever os artigos, porque o meu tempo era ínfimo. Todos esses sentimentos não podem ser entendidos como "apenas um complexo de inferioridade", que, aliás, é muito comum a

nós mulheres (principalmente negras). Mas também devemos entender essa miscelânea de pensamentos destrutivos como o reflexo do tratamento da academia para com as mulheres, sobretudo as negras, que expressam outras cosmologias para o entendimento do mundo.

Mas, falando ainda sobre as reflexões que povoaram minha mente no período que antecedeu ao início do Doutorado e que permaneceram durante os dois primeiros anos do curso, a questão do pouco tempo que as mulheres têm disponível para ser dedicado ao trabalho intelectual é um fato que merece discussão. É sabido que o trabalho intelectual nos exige um tempo de isolamento para que possamos elaborar um pensamento crítico sobre determinado assunto. Quem segue a carreira acadêmica sabe muito bem a importância do isolamento por algum tempo, com o intuito de elaborar argumentos, selecionar a literatura para que haja a possibilidade de exercitar o árduo trabalho mental de construir um texto. Entretanto, para nós, mulheres (sobretudo negras), não nos é permitido ter esse tempo de isolamento. Esse tempo não é bem visto pela nossa família ou comunidade. Como já mencionei, a educação sexista e racista nos ensina que o trabalho mental/o isolamento somente é permitido depois que realizamos os nossos afazeres domésticos e os cuidados com as crianças ou idosos. Bell Hooks ilumina essa questão no trecho destacado abaixo:

A socialização sexista inicial que ensina as negras e, na verdade, a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade (HOOKS, 1995, p. 471).

Assim, baseado na narrativa da minha trajetória acadêmica, fica nítido o resultado da assimilação da ideia - cuidadosamente construída pelo cânone da ciência positivista branca europeia - de que o conhecimento só é válido se for produzido apoiado em regras predeterminadas. E é fato de que isso desmotivava quem não se enquadra nesse perfil, ou seja, nós, mulheres negras. Sob a justificativa da preservação de uma suposta imparcialidade e objetividade nos resultados obtidos pelos estudos acadêmicos, é que o cânone científico assume esse posicionamento. Mas defendo aqui que, na verdade, este conhecimento produzido sob rígidas regras é um conhecimento produzido especificamente por determinados corpos, em determinados lugares e obedecendo determinadas epistemologias.

Durante minha trajetória acadêmica, o que mais me incomodava quando pensava em intelectualismo, ou produção de conhecimento, era o fato de que minha pesquisa falava diretamente comigo.

E, a depender do encaminhamento teórico que escolhesse (como mencionei anteriormente), poderia significar o apagamento da minha própria experiência como sujeito.

O saber-corpo e a escrevivência em contraposição à racionalidade da ciência moderna

A partir daqui, proponho que façamos um exercício reflexivo, caros leitores. Suponhamos que seres humanos criaram as ciências como tentativa de controlar o mundo. Então, é importante que falemos um pouco sobre a modernidade e a produção de conhecimento. Podemos dizer que os paradigmas eurocêntricos hegemônicos que têm inspirado a filosofia e a sociologia até os dias de hoje nasce na modernidade e segue um *modus operandi* que assume um ponto de vista, nas palavras de Grosfoguel (pág. 383, 2009) universalista, neutro e objetivo. Essa perspectiva científica moderna ignora o fato de que nós (pesquisadores) sempre falamos de um lugar localizado no interior das estruturas de poder nas quais estamos inseridos.

O mais grave em assumir a perspectiva universalista, neutra e objetiva, o que chamamos de racionalidade moderna, é o apagamento do lugar geopolítico e do corpo-político de quem está produzindo o conhecimento. Isso significa dizer que a racionalidade é supervalorizada ou, segundo o pensamento cartesiano, a mente humana é considerada o locus privilegiado de produção de saberes. E, assim, ocorre a dissociação entre o lugar epistêmico de produção de conhecimento (as marcas presentes no corpo do sujeito como raça, classe, sexualidade, localização) e o sujeito de enunciação. Nas palavras de Ramón Grosfoguel:

O que defendo é o seguinte: todo conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou do lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da geopolítica do conhecimento é um mito ocidental (GROSFOGUEL, 2009, p.387).

Logo, na busca pelo conhecimento universal, neutro e objetivo, a ciência praticada, até os dias de hoje, impõe aos estudantes/pesquisadores uma série de prescrições. Todos aqueles que se arriscam em embarcar nessa jornada, chamada pós-graduação, sabe que a academia estabelece regras rigorosas, tanto no que se refere a escrita, quanto na condução do trabalho de pesquisa em si. Mas, falando precisamente sobre a escrita, de acordo com as regras ditadas pelos teóricos da academia, todos aqueles que pretendem desenvolver a escrita nos parâmetros científicos, devem utilizar a terceira pessoa para que se garanta a impessoalidade do texto. Aprendemos que na escrita acadêmica exige-se aos pesquisadores que se mantenha o texto focado nos fatos e nas evidências em detrimento de opiniões pessoais.

Dessa maneira, para os acadêmicos formuladores de regras, homens-brancos-europeus, o texto científico deve manter a objetividade para evitar o tão temido viés. Eles afirmam ainda que a objetividade na escrita garante a credibilidade das informações e das conclusões trazidas pela pesquisa. Todos nós, estudantes, fomos doutrinados a pensar nesses parâmetros e, por isso, se porventura nossos textos assumem um tom mais reflexivo ou pessoal, está decretada a perda da "cientificidade". A cientificidade positivista tornou-se para a academia um sinônimo de credibilidade.

Daí, um grupo cria a partir do seu entendimento de como se deve controlar o mundo, ou, seja, por meio das Ciências Exatas como a matemática, física, química. E, logo depois, outro grupo formula o seu entendimento sobre como se pode controlar o mundo, aí nascem as ciências sociais e humanas, Antropologia, Sociologia, História, Direito, etc. Em outras palavras, de alguma forma, o conhecimento sempre esteve envolvido com o poder. É dessa maneira que se instaurou a celeuma histórica entre duas posições, a chamada posição empírica e a chamada posição idealista, o que Bakhtin denomina de objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista. É importante atentarmos para o fato de que o objetivismo na pesquisa toma forma tanto ao impor o rigor metodológico como garantia de alcance da verdade na ciência, quanto na formatação da escrita, em que o pesquisador está "proibido" de expressar posicionamentos pessoais. Essa cientificidade positivista tornou-se para a academia um sinônimo de credibilidade. Há de se manter a todo custo o rigor metodológico, dizem os detentores do saber!

Ademais, notemos que o positivismo avançou não somente para as ciências da natureza, mas também para as ciências sociais e humanas. Os leitores devem estar pensando: mas a Antropologia desconstruiu esses dogmas da ciência positivista. Por meio do método etnográfico, os Antropólogos trouxeram a subjetividade para os trabalhos acadêmicos, e, assim, método e escrita tornaram-se mais empiristas. Lembremos que a antropologia nasceu da necessidade do colonizador europeu dominar a lógica de mundo dos povos, cujos territórios tinham sido tomados.

Em suma, havia a necessidade de o colonizador conhecer a cultura, a religião e os costumes dos povos ditos "primitivos" com o intuito de dominá-los. Em outras palavras, o imperialismo europeu impulsionou o surgimento de uma ciência que, pelo menos no seu nascedouro, foi completamente instrumentalizada. Dewulf (2014, p. 131) ilustra bem essa questão e afirma que, com o pós-colonialismo, os países que conquistaram sua independência acusaram os antropólogos de "imperialistas de dados". Ou seja, como se não bastasse o saque em termos de riquezas materiais, os antropólogos ocidentais fizeram carreira - em nome da ciência

- à custa das riquezas culturais dos países colonizados. Com o advento da Antropologia, talvez o método tenha se tornado mais empirista, sim, mas se manteve o dogmatismo positivista na escrita. Dessa maneira, arrisco em dizer que o método etnográfico incorporou as premissas da ciência positivista, isto é, a adoção de escrita e método dogmáticos.

Todavia, como afirma Muller (2019, p. 302), é importante nos atentarmos para um movimento de crítica à escrita etnográfica nascida no interior da Antropologia no final dos anos de 1970 e início de 1980. Um bom exemplo desse movimento é a obra editada por James Clifford e George Marcus, "Writing Culture: poetics and politics of ethnography" em que os autores organizaram uma série de ensaios que buscaram traçar um panorama do que e como a Antropologia vinha produzindo os textos a partir das pesquisas etnográficas. Entretanto, no Brasil, essa produção não ganhou eco a ponto de influenciar os Antropólogos a repensarem o rigor acadêmico e o caráter extremamente cientificista impresso em seus textos etnográficos. Nas palavras de Muller:

Ironicamente, a reflexão sobre a escrita etnográfica parece ter influenciado novas gerações de antropólogos a prestarem maior atenção às dinâmicas de inserção em campo, mais do que a adotarem estilos ou estratégias literárias distintas da escrita acadêmica tradicional. Ou seja, passou-se a analisar mais criticamente não aquilo que os textos antropológicos clássicos revelam, mas aquilo que ocultam sob o manto da objetividade científica: as negociações da posição do etnógrafo na sociedade pesquisada e suas condições intersubjetivas de observação e interação (MULLER, p. 303, 2019).

O curioso é que a Antropologia é criticada pelas ciências exatas e pelas ciências sociais e humanas por conta da ênfase conferida às subjetividades. Dizem os críticos da Antropologia que não se pode "extrapolar" as realidades descritas pela pesquisa etnográfica, pois não é possível, por meio dela, retratar a totalidade social. Já a Antropologia e alguns ramos das Ciências Sociais, criticam os defensores de uma ciência mais objetivista (como se a própria antropologia também não fosse), alegando que o foco nos resultados baseados apenas em dados estatísticos não são capazes de dar conta dos casos desviantes, que, por vezes, são fundamentais para entender determinado fenômeno social.

A meu ver, a incorporação do objetivismo científico ou do cientificismo positivista na produção de conhecimento tem tido como resultado a uniformização dos trabalhos acadêmicos. Nossas dissertações e nossas teses ficam todas muito parecidas na estética e no conteúdo. Apesar de temáticas diferentes, os trabalhos acadêmicos seguem a mesma configuração. Em suma, escrevemos duzentas, trezentas ou até quatrocentas páginas de conteúdo teórico, mas que apenas dez são destinadas a

expor nosso posicionamento. Assim, o que de fato pensamos sobre o assunto no qual escrevemos durante tanto tempo, está resumido nas "considerações finais". Destarte, cada vez mais somos instruídos a produzir um trabalho que, ao fim e ao cabo, se resume em um enorme aglomerado de referências bibliográficas ou um acúmulo enorme de conteúdo bibliográfico, mas com pouquíssima reflexão a respeito daquilo que estamos estudando.

Donna Haraway, em seu artigo "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", discute muito bem a questão da "objetividade"/imparcialidade para a ciência e como estes se tornam conceitos totalmente vazios de sentido quando estamos falando da pesquisa feminista. A autora menciona que as feministas têm empreendido muito esforço em criticar o termo e explicar o significado do mesmo para as suas pesquisas. Para a autora "o saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento, e, na opinião de Haraway, são eles, um grupo pequeno de cientistas masculinistas que tem o poder de ditar as regras da pesquisa acadêmica (HARAWAY, 1995, p. 12).

A pretensa imparcialidade ou objetividade do cânone científico, de acordo com a autora, não é nada menos do que uma visão parcializada do fenômeno, é a visão do dominador ou a perspectiva do homem-branco-europeu. É a imparcialidade do sujeito que se entende como universal. Ou seja, para que a visão de mundo do homem-branco-europeu se torne hegemônica, cria-se o mito de que o conhecimento somente é possível de ser construído a partir da objetividade científica. E, para isso, nega-se o lugar de fala dos indivíduos pesquisados ou lhes é negada a prerrogativa de sujeito potencialmente capaz de produzir conhecimento. Por outro lado, ao darmos voz e ouvidos aos silenciados, como reivindicado por Donna Haraway, há a manifestação de um conhecimento capaz de evidenciar "situações extraordinárias", isto é, que nos leva ao conhecimento não regular ou aquele que está fora do estabelecido pelo cânone científico. Nas palavras da autora:

[] precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (HARAWAY, 1995, p. 27)

É interessante também a defesa que a autora faz da versão corporificada da objetividade. Esta é uma perspectiva contrária àquela verdade científica sem corpo e dita imparcial. Donna Haraway defende a "objetividade corporificada". Ou seja, essa é uma perspectiva que leva em consideração os corpos marcados com seus saberes (que são localizados), suas culturas e suas trajetórias.

A autora insiste na importância de se localizar os saberes, em que políticas e epistemologias de alocação, de posicionamento e de situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido. A defesa é por uma visão a partir de um corpo que não é neutro nem distanciado de sua realidade, ao contrário, está organicamente imbricado nessa realidade. Donna Haraway assinala que olhar através da lente da teoria feminista ou dos feminismos tem como meta a construção de uma ciência que considere outras visões de mundo. Segundo a autora:

Assim, posição diz respeito a vulnerabilidade; posição resiste à política de fechamento, finalidade ou, para tomar emprestado a Althusser, a objetividade feminista resiste à simplificação em última instância. Isso porque a corporificação feminista resiste à fixação e é incansavelmente curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais. Não há um ponto de vista feminista único porque nossos mapas requerem dimensões em demasia para que essa metáfora sirva para fixar nossas visões. Mas a meta de uma epistemologia e de uma política de posições engajadas e responsáveis das teóricas feministas de perspectiva permanece notavelmente potente. A meta são melhores explicações do mundo, isto é, ciência (HARAWAY, 1995, p. 17).

A partir das reflexões elaboradas por Donna Haraway, "o privilégio" da perspectiva parcial nos demonstra que o olhar dito imparcial (e universal) presente nas pesquisas científicas positivistas tem causado inúmeros silenciamentos. E, por isso, somente a objetividade corporificada é capaz de dar voz e ouvidos aos corpos que são silenciados em nome da manutenção de uma objetividade científica. Como nos ensina a autora Djamilia Ribeiro, "o meu corpo é o meu lugar de fala".

Entretanto, as amarras do método e da escrita científica são muito difíceis de serem rompidas. Lembro-me que antes de iniciar a escrita da minha tese de doutorado a todo o momento que me colocava a pensar no trabalho me dava conta que continuava conduzindo-o nos moldes da ciência positivista, da objetividade científica, do pensamento totalmente colonizado. Mas o que afinal tanto me inquietava? A inquietação era porque a pesquisa que tinha intenção de desenvolver não cabia nas "caixinhas" predeterminadas dos métodos científicos. É uma pesquisa em que a maternidade não seria pensada a partir das políticas públicas ou da objetificação do corpo da mulher, ou de um viés economicista, porque nenhuma dessas perspectivas davam conta de discutir a maternidade do ponto de vista da própria mãe. Desnudar os mitos e as possíveis opressões sobre as quais estamos, mulheres-mães, expostas não poderia ser de outra maneira que não fosse por meio de uma escrita livre, parcial e subjetiva. Assim, cheguei à conclusão de que o "método" da escrituragem seria o único que cumpriria com o intento desejado.

Há muito tempo parte da academia, mais especificamente autores e autoras negras, discutem a coisificação dos estudos do negro no Brasil. Guerreiro Ramos, em 1957, já chamava a atenção para dois tipos de pesquisas realizadas no país sobre o povo negro. Nas palavras do autor:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados Antropólogos e Sociólogos. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida (RAMOS, 1995, p. 171).

Por isso, a coisificação do sujeito mãe não me interessava. Na minha pesquisa de tese, interessava-me escrever sobre a maternidade-vida ou da maternidade como realidade efetiva, parafraseando Guerreiro Ramos.

Isto posto, retomando os meus conflitos com relação à tese, posso resumir que o desafio configurado diante de mim estava centrado em desenvolver um estudo em que abandonaria o cientificismo acadêmico positivista (ou pelo menos tentaria abandonar) tanto na escrita quanto no encaminhamento teórico. Seriam utilizadas outras fontes de conhecimento que conduziram minhas reflexões a respeito da temática escolhida. A oralidade também precisaria ser uma característica marcante, porque sem dúvida era isso que daria a vida ao texto. A reivindicação de que a tese tivesse um corpo tornou-se o horizonte. Isso significou transformar em saber-corpo as reflexões e discussões a respeito da maternidade. O que tinha a dizer o corpo que carrega o "ser mãe"? Dar um corpo ao que está sendo escrito significa falar de trajetória e de ancestralidade. Então, escrevi sobre maternidade a partir de outros lugares em que os principais pontos de ancoragem estavam situados na maternidade da minha avó, da minha mãe, das minhas tias e da minha própria maternidade. E considerarei a mãe como um sujeito histórico, datado, concreto, marcado por uma cultura e detentor de saberes. E, por fim, foram exorbitantes as marcas que temos em comum.

Portanto, levei para o interior do trabalho de tese a teoria do conhecimento ancestral ou o que denominei de epistemologia da ancestralidade, que, em profundidade, simbolizou a proposta de uma ciência corporificada e decolonial. Em outras palavras, foi por meio dessa epistemologia que tentei apreender a conjuntura política, social, cultural de um determinado país e de um determinado momento histórico que marcam/marcaram nossos corpos maternos. E, mais do que isso, a minha ancestralidade que figurou nos relatos orais de minha mãe, de minha avó, das minhas tias e que me proporcionou buscar "um outro chão para entender o mundo".

Isso é possível porque as histórias das mulheres, em certa medida, se conectam, principalmente quando falamos sobre as nossas dores. Em suma, a grande provocação desse ensaio é de fazermos um exercício reflexivo de pensar em uma ciência diferente dessa que nos tem sido imposta pelos homens brancos europeus. Afirmo que a ciência sem corpo não nos cabe mais. Está mais do que na hora de descolonizarmos a ciência. Isto é, se faz necessário um tipo específico de produção de conhecimento, que seja algo diferente dessa ciência que provoca o apagamento de um sujeito, que é histórico e a descorporificação do mesmo em nome de uma verdade científica que se diz imparcial.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. São Paulo, f. 339, 2005. Tese (Filosofia da Educação) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 1 Abr. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista. In: COSTA, Joaze Bernardino (Org.); TORRES, Nelson Maldonado (Org.); GROSFOGUEL, Ramón (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 2838-3361.

DEWULF, Jeroen. "Por vezes nunca dantes ouvidas": A viragem pós-colonial nas ciências humanas. Universidade do Porto, 2014, p. 131-140. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find-code=SYS&request=000191016>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações performáticas brasileiras. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007, p. 16-21.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Americanidade. In: GONZALEZ, Lélia. Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras. 1. ed. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. cap. 36, p. 321-334.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. Cap. 11. p. 383-418.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1995. 34 p. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 17 Jul. 2018.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. 1995, p. 464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

MULLER, Paulo Ricardo. CLIFFORD, James; MARCUS, George. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016. 388p. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 28, n. 1, p.302-307, 2019. Disponível em: <<http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/resenhascritadacultura-revistasp.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à Sociologia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. 518 p.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*. 2017, p. 203-219. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S-1519-549X2017000200002>. Acesso em: 5 Jun. 2019.